

O protagonismo indígena na Bolívia: a Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas e o “ciclo rebelde”

Marcos Luã Almeida de Freitas¹

Resumo: A reflexão a que este trabalho se propõe diz respeito ao protagonismo indígena na Bolívia, desde os primeiros anos de implantação dos programas econômicos neo-liberais, até a série de lutas sociais ocorridas nos anos 2000 naquele país. O protagonismo é visto a partir da atuação da organização Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas (1988-1991) que atuou em duas frentes, uma política-ideológica e outra armada. Essa atuação teve ressonâncias, principalmente através da permanência de militantes e de ideias-chave da organização nos movimentos que lideraram as lutas ocorridas na Bolívia no início dos anos 2000, num período que o historiador Arauco Chihuailaf denominou “Ciclo rebelde”. Aqui, tentarei demonstrar a relação existente entre a atuação de um movimento indígena no final da década de 1980 (a Ofensiva) e o protagonismo indígena no “Ciclo rebelde” cujo desfecho é bem conhecido: a eleição de Evo Morales e a institucionalização do “plurinacionalismo” naquele país como símbolo da incorporação das pautas indígenas para o centro do Estado.

Palavras-chave: Protagonismo indígena, Cultura Política, Bolívia.

Entre gases, llanto y preocupación por mis hijos encontré allí algo que creí perdido: *todos participaban de alguna manera, con unidad y solidaridad...* No comprendía mucho de lo que pasaba. Sólo había entendido que la gente pedía a gritos: ‘¡Fuera Aguas del Tunari!’ en medio de los enfrentamientos. En la casa en que nos cobijaron momentáneamente, una señora nos explicó que en Cochabamba se libraba la “Guerra del Agua”. Entonces, en la televisión, luego de anunciarse noticias sobre la violencia en las calles, vimos a un político que decía: ‘Ninguna empresa querrá invertir nunca más en Cochabamba’. (VARGAS; KRUSE, 2000, p. 7)

A Guerra da Água foi um dos episódios de um “ciclo” de mobilizações sociais que culminou com a renúncia do presidente Sánchez de Lozada e a ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia. O período dessas lutas sociais concentradas no início da primeira década dos anos 2000 ficou conhecido como “ciclo rebelde”. “Ciclo que, además de culminar con la elección de un Presidente indígena, quitó preeminencia a una política neoliberal” (CHIHUAILAF, 2008, p. 34).

Esta política neoliberal que perdeu proeminência após essa série de mobilizações sociais vinha sendo implantada desde os anos 1980 e teve papel fundamental também no processo de fortalecimento dos indígenas como setor mais influente dos movimentos sociais bolivianos. Isso ocorreu porque com as reformas econômicas implementadas no governo de Victor Paz Estenssoro a partir de 1985, foi sepultado o estado nacionalista e interventor na economia que o próprio MNR (partido de Estenssoro) tinha implantado a partir de 1952

¹ Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsistas CAPES-DS. marcosluafreitas@gmail.com

quando assumiu o governo após a Revolução de Abril daquele ano. A diminuição do Estado resultou em um intenso programa de demissões e fechamento das minas estatais de estanho que eram as principais empregadoras do movimento operário. (CÂMARA, 2007) (SEGABINAZZI, 2007) Com essas medidas, o governo acabou por, indiretamente, ceifar a força política da principal central sindical nacional, a *Central Obrera Boliviana* (COB)² e fomentar grupos como o dos *cocaleros*. Deste modo, os grupos indígenas que vinham se articulando autonomamente em suas próprias comunidades e organizações passaram a ter mais importância no cenário político, chegando aos anos 2000 a demonstrar seu papel decisivo nas mobilizações e lutas sociais, não somente pela organização, mas pelo impulsionamento das pautas centrais dessas lutas.

O movimento indígena vinha desde a década de 1960 construindo uma cultura política própria, baseada em suas próprias experiências históricas, em suas culturas e formas organizativas tradicionais baseadas nas comunidades. Com o fim da ditadura em 1982 o movimento se viu livre do Pacto Militar-Camponês³ das décadas anteriores e pôde se fortalecer frente ao novo estado que se estava implantando, ocupando espaços que antes eram centralizados nas organizações operárias vinculadas principalmente aos grupos brancos-mestiços nacionalistas ou da esquerda mais tradicional (leia-se marxismo-leninismo).

A organização *Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas* que era o braço político da organização político-militar *Ejército Guerrillero Tupak Katari* no final dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, vinha na esteira desse movimento maior de construção de uma cultura

² A *Nueva Política Económica* (NEP) do governo Estenssoro foi redigida com apoio da equipe do economista estadunidense Jeffrey Sachs que tinha objetivo de combater a hiperinflação que chegou a mais de 24.000% a.a. nos anos entre 1982 e 1985. A NPE pôs em prática uma série de privatizações, demissões em massa e aumento das receitas da estatal do petróleo *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) como forma de diminuir o déficit orçamentário, iniciando assim a implantação da política econômica que desembocou numa política neoliberal. (CÂMARA, 2007) (SEGABINAZZI, 2007) Uma das empresas mais afetadas pela política econômica mais tarde chamada de neoliberal foi a *Corporación Minera de Bolivia* (Comibol). Criada no governo do MNR durante a Revolução de 52, sendo a responsável pela exploração e comercialização do minério que era a base da balança comercial do país, o estanho. A nacionalização das minas e a consequente criação da Comibol na década de 1950 foi uma grande conquista do movimento mineiro, uma vez que a mineração era nacionalizada e na nova empresa foi garantido o controle parcial dos mineiros em sua administração. Como uma grande geradora de divisas, a Comibol serviu aos governos como um caixa para o financiamento da política de desenvolvimento. “A Comibol, desde seu início, serviu para complementar a receita do governo, sendo utilizada não apenas para realizar inversões na área de mineração, mas também nas demais atividades econômicas que interessavam.” (SEGABINAZZI, 2007, p. 126) “O Decreto Supremo (DS) 21.060 tornou-se o mais emblemático de todo este processo [de reformas econômicas], pois atingia a empresa que era o principal motor do governo revolucionário [o de 52]: a Comibol. Este decreto descentralizava a empresa em quatro subsidiárias, além de suspender qualquer tipo de investimento no setor e de encerrar as atividades em vários centros mineiros (que só voltariam a operar de forma praticamente artesanal sob a administração de cooperativas)”. (CÂMARA, 2007, p. 89-90)

³ Este pacto previa o respeito dos militares pelas conquistas indígenas (terras, sindicatos e educação) e o apoio indígena às forças armadas contra a “esquerda subversiva”. O pacto servia como um escudo do governo contra as ações operárias, o que causou um afastamento entre o movimento camponês e o operário. (FREITAS, 2012, p. 18-19)

política indígena e teve papel importante nesse processo de fortalecimento dos movimentos indígenas, uma vez que esteve presente ao declínio da influência operária no movimento social, bem como procurou se afastar das posições historicamente defendidas por esse grupo. A atuação da *Ofensiva* e a difusão do tupakatarismo como alternativa revolucionária deixou marcas profundas na cultura política indígena, de tal maneira que o seu discurso, com seus aspectos identitário, político e social tem um papel central para o entendimento mais geral das mudanças ocorridas na Bolívia durante os anos 1990 e 2000, através do protagonismo indígena.

O “Ciclo rebelde”

Esse período de lutas foi marcado basicamente por dois episódios conhecidos como as “Guerras” da Água e do Gás que mobilizaram grande parte da população das cidades centrais nos conflitos: Cochabamba no ano 2000 (para a Guerra da Água) e El Alto e La Paz em 2003 (Guerra do gás) e 2005 (segunda Guerra da Água)⁴. Essas guerras ocorreram em decorrência das políticas econômicas do governo federal boliviano dentro da política de privatização dos serviços de captação e abastecimento de água (para o caso das Guerras da Água) e de exportação para os Estados Unidos, por meio do porto chileno de Iquique, de gás boliviano (para o caso da Guerra do Gás).

Essas lutas foram tomadas como guerras pelos graves enfrentamentos ocorridos entre manifestantes e forças policiais e militares, tendo sido contabilizado um grande número de mortos e feridos em todos eles. Em 2003, durante o maior dos enfrentamentos na cidade de El Alto, quando os manifestantes fecharam as vias de acesso da cidade, o exército passou a escoltar os caminhões com combustível para abastecer a cidade de La Paz utilizando todo tipo de armamento letal para furar os bloqueios (incluindo tanques de guerra). A crise levou à queda do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (que exercia seu segundo mandato) e sua fuga para os Estados Unidos, assumindo o cargo seu vice, Carlos Mesa Gisbert, que permaneceu no cargo até 2005 quando novas lutas sociais, incluindo a Guerra da Água de La Paz, levou-o a renunciar. Por esse breve relato, pode-se notar que o momento era de grande efervescência política. Durante esse período, os grandes protagonistas foram os movimentos

⁴ Sobre as Guerras da Água e do Gás existe uma grande bibliografia que aborda diversos aspectos do processo, seus desdobramentos iniciais e/ou suas “origens” históricas, incluindo materiais publicados durante os acontecimentos. Para mais informações e bibliografia ver: FREITAS, Marcos Luã A. de., Bolívia: cultura, política e protagonismo indígena (Anos 2000). *Revista Ágora*. n. 17, 2013, p. 77-88. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/6083/4429>.

indígenas, notadamente os *cocaleros* do Chapare em Cochabamba e as diversas organizações sediadas nas cidades mais diretamente envolvidas nos conflitos (Cochabamba, El Alto e La Paz), de sindicatos a federações de vizinhos e donas de casa.

Para o caso da água em Cochabamba, a pauta principal estava ligada a questões marcadamente indígenas: a forma consuetudinária de distribuição e uso da água captada com os próprios meios comunitários que foram destruídos pela privatização realizada pelo governo que desapropriou os poços abertos com dinheiro da comunidade e aplicou preços exorbitantes para o seu fornecimento. O impacto dessas mudanças pode ser medido se levarmos em consideração que:

apenas el 50% de la población urbana tiene acceso al sistema público de distribución de agua potable, por tanto aproximadamente el 35% se ha organizado en cooperativas, asociaciones, comités de agua, y un 15% se aprovisiona a través de carros cisterna (“aguateros”) u otros medios alternativos (CRESPO F., 2000, p. 21).

Na Guerra da Água os movimentos indígenas lutaram para defender seus interesses coletivos se utilizando de um discurso cultural para combater as mudanças que se estavam realizando. Assim, “lograron la modificación de una Ley que amenazaba esfuerzos colectivos en la construcción y mantenimiento, usos y propiedad consuetudinaria de sistemas de provisión de agua”. (VARGAS; KRUSE, 2000, p. 7)

Para o caso do gás, a pauta tinha duas vias, uma nacionalista e outra indígena, a primeira tratava da exportação barata de um recurso natural estratégico para um país considerado inimigo (EUA) e favorecendo outro inimigo histórico pelo uso de seus portos (Chile) em território até hoje reivindicado pela Bolívia; a segunda via, tratava da soberania do povo sobre os recursos naturais, que deveriam ser utilizadas em benefício dessas populações, majoritariamente indígenas, principalmente porque grande parte dos campos de exploração estão localizados em áreas de comunidades indígenas. Junto a essas questões juntou-se a insatisfação crescente com o governo instituído. Do lado dos *cocaleros*, basicamente indígenas deslocados da mineração nos anos 1980, a insatisfação estava na questão das políticas de extinção do cultivo da coca – o que levantava outro ponto importante das lutas indígenas que é a defesa da coca como defesa da cultura indígena –, do lado dos sindicatos e comunidades, a insatisfação estava ligada com a política econômica que onerava os produtos consumidos pelas comunidades indígenas e barateava os produtos vendidos pelas comunidades. Tudo somado, o caldo não poderia ter sido mais explosivo.

Para completar e dar o suporte teórico, ideológico e político para as lutas e impulsionar uma mobilização de proporções nacionais, as ideias Katarista e Indianista, bem como suas diversas versões, entre elas o Tupakatarismo, emergiram como formas de explicação do papel dos indígenas na mudança que se estava realizando de forma neoliberal pelo governo. A centralidade da defesa da cultura indígena nos encontros do “ciclo rebelde” demonstra a profundidade que a cultura política indígena emergiu naqueles anos. É importante destacar que líderes importantes daquele período já tinham uma longa história de lutas em décadas anteriores, marcadamente a década de 1980 onde houve um deslocamento do poder político dos mineiros para os grupos indígenas camponeses. Pode-se citar o próprio Evo Morales e Felipe Quispe.

Evo Morales e os Cocaleros. Felipe Quispe e a Ofensiva

Evo Morales destacou-se como importante líder do movimento dos *cocaleros* na região do Chapare no departamento de Cochabamba já desde os anos 1980 quando iniciaram os primeiros projetos de erradicação do cultivo de coca financiados e apoiados pelo governo dos Estados Unidos. Desde 1996 Evo Morales é o dirigente máximo da Coordenadora das Federações do Trópico de Cochabamba, organização dos produtores de folha de coca fundada em 1992. Ao mesmo tempo em que se organizavam os *cocaleros* do Chapare, organizavam-se os *cocaleros* dos Yungas, no departamento de La Paz, criando assim fortes laços políticos sob um mesmo objetivo: a proteção do cultivo da coca⁵. Novamente uma pauta baseada na cultura indígena que tem a folha de coca como parte central de rituais religiosos ou mesmo do hábito diário das populações do altiplano andino, notadamente *quechuas* e *aymaras*.

A emergência desse novo grupo político foi possível devido a alguns fatores característicos da década de 1980 na Bolívia, o fechamento de minas, a implantação de medidas depois conhecidas como neoliberais (explicadas anteriormente) e da instituição de planos de erradicação da coca. O movimento *cocalero* obteve sua força da mesma forma que outros movimentos centrados nas comunidades indígenas, a partir da derrocada da força

⁵ Sobre os *cocaleros*, principalmente os do Chapare, ver: COSTA, Lício Romero. **O retorno de Katari: cultura histórica e processo de emergência política do movimento *cocalero* na Bolívia (1995-2006)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010_mest_licio_costa.pdf e GUIMARÃES, Alice Soares. **A reemergência de identidades étnicas na modernidade: movimentos sociais e Estado na Bolívia contemporânea**. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Estudos Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2012/10/Alice-Soares-Guimaraes.pdf>. A bibliografia é abundante, esses trabalhos podem servir de base para uma busca de referências.

política dos principais órgãos operários, principalmente a COB, devido à eliminação de aproximadamente vinte mil postos de trabalho nas minas, principal base política da central operária. Ao mesmo tempo, despontaram organizações marcadamente indianistas e kataristas, como a própria *Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas*, que passaram a tomar o lugar à frente nas lutas sociais, empunhando novas bandeiras, para além das antigas reivindicações que beneficiavam a produção e os trabalhadores da mineração. As pautas a partir daquela década passaram a ter cada vez mais um caráter étnico bem marcado, uma vez que mesmo as pautas econômicas vinham recheadas de um posicionamento baseada nas culturas indígenas, tornando-as pautas de defesa étnica. Defender a economia popular, as riquezas naturais, a coca, transformou-se numa defesa do próprio modo de vida das comunidades indígenas, fossem no campo ou na cidade (uma vez que elas se relacionam intensamente).

Durante o final da década de 1980 e os primeiros anos da de 1990, a *Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas* atuava intensamente nas lutas sociais, principalmente a partir dos sindicatos indígenas e das comunidades, participando principalmente da elaboração da direção que as lutas deveriam tomar, reivindicando a luta armada. Apesar do esfacelamento rápido da luta armada após seu início de fato, o exemplo de Felipe Quispe (dirigente máximo da organização) e seus companheiros ficou guardado, principalmente seu pensamento acerca da condição do índio na sociedade boliviana e as reivindicações para mudar tal quadro. Apesar de ter ficado preso durante cinco anos, sendo libertado apenas no final da década de 1990, Felipe Quispe manteve-se influente no campo indígena, tendo sido eleito secretário-executivo da CSUTCB em 1998 e fundado o Movimiento Indígena Pachakuti (MIP) com o qual disputaria duas eleições presidenciais e uma para o congresso entre os anos 2002 e 2005.

Evo Morales, Felipe Quispe e as organizações das quais faziam parte atuaram fortemente durante o “ciclo rebelde”, impulsionando as pautas e as lutas sociais. O apoio e a força que essas organizações conseguiram mobilizar demonstrou como estavam difundidos os diversos pensamentos indígenas que emergiram desde os anos 60 com o Indianismo. A identidade étnica que criou uma solidariedade comunitária, regional e nacional, permitiu fortalecer a resistência contra as forças estatais em prol de pautas que eram construídas sob um discurso de defesa da cultura e da soberania baseadas nas formas indígenas de vida. As lutas pela água e pelo gás diziam respeito não só à manutenção econômica das famílias, mas também se baseava na manutenção de determinadas formas de vida autônomas nas comunidades indígenas, principalmente rurais, mas também dentro dos centros urbanos. A forma tradicional de usar os recursos estava sendo transformada pela privatização.

Apesar de uma luta “conjunta” durante o “ciclo rebelde”, os pensamentos políticos representados por Evo Morales e por Felipe Quispe não se conciliaram e apenas um deles chegou ao poder. Mas o que explica a ascensão de Evo e não de Quispe? Me parece que a moderação de Evo e a tentativa de criar uma grande coalizão de forças fez a diferença. Ramón Máiz explicita essa posição:

una estrategia *catch-all* inclusiva por parte del MAS, que inscribía las demandas indianistas en el seno de un más vasto programa de refundación nacional boliviano, le ha procurado no sólo crecientes apoyos electorales, sino incorporación orgánica de candidatos y cuadros de partido procedentes de los efectivos disponibles de las crisis y desalineamientos de las fuerzas de izquierda y aun de los partidos tradicionales de Bolivia. El éxito del MAS proviene de erigirse en punto de coordinación no sólo de efectivos electorales sino de militantes procedentes de otras organizaciones no indigenistas, abriendo una ventana de oportunidad en la Bolivia sociopolíticamente identificada como *mestiza*. Frente a esto, el MIP ha postulado en todo momento una estrategia etnicista esencialista y excluyente – de hecho: antiblanca – de la mano de un indigenismo de base exclusivista aymara, que no sólo lo distanciaba de la población mestiza, sino de los indígenas quechuas o guaraníes. (2007, p. 33-34)

Aqui podemos ver a diferenciação do pensamento ofensivistas de Felipe Quispe no que se refere à figura dos mestiços. O fracasso da Ofensiva parece ter deixado claro para Quispe, e seus textos do cárcere e posteriores dizem muito sobre isso, que o mais acertado para a luta indígena seria manter-se afastado dos elementos mestiços, principalmente aqueles ligados à esquerda tradicional marxista. O Katarismo de Evo, muito mais flexível, parece ter sido definidor para sua vitória eleitoral. As ações nas Guerras da Água e do Gás, apesar de seu caráter violento, de enfrentamento direto, não abriu caminhos possíveis para a propagação de um pensamento mais radical nos meios indígenas naquele momento, mesmo que tenham sido incorporados alguns pontos.

A cultura política indígena

Assim, as lutas do “ciclo rebelde” foram possíveis devido à construção, durante décadas, de uma cultura política de enfrentamento em busca da defesa cultural. Em períodos como o imediatamente após a Revolução de 52, as organizações indígenas estavam subordinadas clientelisticamente aos governos do período, sendo limitadas as suas pautas àquelas ligadas estritamente a problemas econômicos, como preços de produtos essenciais e abastecimento em geral. Com a emergência de um pensamento em cujo cerne estava a etnicidade, que partia das questões étnicas para explicar os problemas enfrentados

cotidianamente pelos diversos grupos indígenas, cuja contribuição da *Ofensiva* foi mais tardia, porém inegável, os indígenas bolivianos passaram a conformar uma cultura política que se centrava em características étnicas que norteavam a compreensão da história, da política e da economia, bem como das formas de produzir as mudanças necessárias. Assim, a cultura política indígena, ou seja, um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21) teve papel fundamental na produção do ciclo rebelde.

A cultura política indígena pode então, ser traduzida resumidamente em alguns termos gerais: enfrentamento direto como forma de luta política, organização baseada nos mesmos princípios de organização das comunidades, entendimento das lutas enquanto defesa cultural e de soberania, fortalecimento de uma identidade étnica abrangente a partir da noção de nações ou povos originários ao mesmo tempo preservando as identidades específicas de *aymaras*, *quechuas*, *tupiguaraníes*, *moxeños*, etc, derivando desses termos as questões específicas, como a autodeterminação, a proteção da coca e das línguas indígenas, autonomia, etc. Ao observar as questões que eles implicam, levando em consideração a historicidade deles, é possível perceber a atualidade do discurso da *Ofensiva*, porém mesclado a uma nova série de formas de pensar e de agir na sociedade boliviana que, agora, não tem mais como hegemônica politicamente a elite branca-mestiça, ainda que ela seja economicamente dominante. A própria rejeição da participação política teve que ser revista por importantes tupakataristas como o próprio Felipe Quispe, mas o discurso base que parte da história e da cultura indígena permaneceu, principalmente devido ao seu poder de alcançar uma grande diversidade de povos.

As lutas do início dos anos 2000 parecem ter sido fruto de uma concentração de forças que vinham sendo organizadas sob uma cultura política em processo de (trans)formação de uma forma classista, baseada em valores universalistas, para uma forma indígena, baseada em valores considerados autóctones e gerais (no sentidos de abarcar diversos povos indígenas a partir de uma história em comum). Parece não haver dúvidas quanto à centralidade do “ciclo rebelde” para uma mudança geral na sociedade e na política boliviana, mas o entendimento desse processo, que ainda está em curso nos remete a necessidade de entendê-lo na duração, e sob o olhar da história, diz respeito a conseguir dar conta dos problemas que existem no estudo do tempo presente, com seu caráter móvel e inacabado.

Considerações finais

Este trabalho é uma edição das considerações finais da minha dissertação de mestrado⁶ que tratou especificamente do discurso político-identitário produzido pela Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas. Aqui tentei pensar os acontecimentos dos anos 2000 a partir de um olhar retrospectivo, atentando para um movimento político que conseguiu condensar diversos pensamentos e indivíduos para produzir um pensamento indígena que se direcionou à produção de uma mudança social profunda na sociedade boliviana. Além disso, busquei observar um movimento político dando ênfase às questões étnicas tão fortemente defendidas pelos grupos indígenas atualmente, mas que se deve a um grande processo de retomada, construção, valorização e luta, processo esse que tentei apontar aqui.

O intento inicial da *Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas* e do *Ejército Guerrillero Tupak Katari* não foi profícuo em seus objetivos imediatos, mas produziu efeitos duráveis na sociedade boliviana, obrigando os partidos e grupos mais tradicionais da política a entenderem o indígena como uma força política central e para os próprios indígenas perceberem-se com o papel histórico de produzir as mudanças que desejavam. Se isso se concretizará da forma como os indianistas, kataristas e tupakataristas pensaram e pensam, é uma questão que não cabe a mim ou a ninguém do presente responder, por isso só nos resta observar a duração e buscar entender o presente que se está construindo na vida cotidiana. O legado de um pensamento indígena próprio que veio se construindo desde os anos 1960 ainda está se desenvolvendo, talvez o século XXI seja o portador da mudança construída por esses povos.

⁶ “Cultura política indígena na Bolívia: o Tupakatarismo revolucionário da Ofensiva Roja de Ayllus Tupakataristas” Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina em fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1153/marcos_lua_freitas_versao_final_a5.pdf

Referências

CÂMARA, Marcelo Argenta. Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas. In: **Bolívia: de 1952 ao século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007. p. 65-104.

CHIHUAILAF, Arauco. Los indígenas en el escenario político-social boliviano del siglo XX. Sociedad y Discurso. **Revista del Departamento de Lengua y Cultura de la Universidad de Aalborg**. n. 14, 2008, p. 33-54. Disponível em: <http://vbn.aau.dk/files/62723334/SyD14_chihuailaf.pdf> Acesso em: 30/08/2014.

CRESPO F., Carlos. Continuidad y ruptura: la “Guerra del Agua” y los nuevos movimientos sociales en Bolivia. **OSAL - Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano 1, n. 2, Setembro, Buenos Aires: CLACSO, p. 21-28, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal2/bolivia.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2014.

FREITAS, Marcos Luã A. de. Plurinacionalismo como desdobramento da “questão indígena” na Bolívia. **Revista Ameríndia**. n. 16. v. 12. Dezembro. 2012. p. 16-27.

MÁIZ, Ramón. Indianismo y nacionalismo em Bolivia: estructura de oportunidad política, movilización y discurso. **Revista SAAP**. v. 13, n. 1, ago, 2007. p. 11-54. Disponível em: <<http://www.saap.org.ar/esp/docs-revista/revista/pdf/3-1/RamonMaiz.pdf>> Acesso em: 30/08/2014

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SEGABINAZZI, Alessandro. Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Diversas sínteses de uma Revolução. In: **Bolívia: de 1952 ao século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007. p. 111-154.

VARGAS, Humberto; KRUSE, Thomas. Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. **OSAL - Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano 1, n. 2, Setembro, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 7-14. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal2/bolivia.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2014.